

## ETNOCONHECIMENTO XERENTE E TERRITORIALIDADE NA PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-048>

Data de submissão: 03/12/2024

Data de publicação: 03/01/2025

**Samuel Marques Borges**  
Mestrando em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Neila Barbosa Osório**  
Pós-Doutora em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Djanires Lageano Neto de Jesus**  
Pós-Doutor em Educação  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

**Janeisi de Lima Meira**  
Doutor em Educação em Ciência e Matemática  
Universidade Federal do Tocantins

**Marlon Santos de Oliveira Brito**  
Doutorando em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Leonardo Sampaio Baleeiro Santana**  
Mestre em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Adriana da Costa Pereira Aguiar**  
Mestre em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**André Ribeiro de Goveia**  
Mestrando em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

**Luciano Paulo de Almeida Souza**  
Mestrando em Educação  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

**Valmir Fernandes de Lira**  
Mestrando em Educação  
Universidade Federal do Tocantins

## RESUMO

Este artigo aborda a relação entre o povo Xerente, seu território e o meio ambiente, destacando a centralidade do etnoconhecimento e da territorialidade na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos naturais. A análise evidencia como os saberes tradicionais dos Xerente integram práticas agrícolas, manejo de recursos e proteção de áreas sagradas, promovendo o equilíbrio ecológico e reafirmando sua identidade cultural. Apesar das pressões externas, como a expansão do agronegócio e as mudanças climáticas, o povo Xerente demonstra resiliência e capacidade de adaptação, oferecendo lições valiosas sobre sustentabilidade e conservação ambiental. O estudo reconhece limitações metodológicas e sugere a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem as interações entre epistemologias indígenas e políticas públicas voltadas à sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Etnoconhecimento. Territorialidade. Biodiversidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A relação do povo Xerente com o meio ambiente e seu território transcende as dimensões físicas e econômicas, incorporando valores culturais, espirituais e práticos que moldam sua forma de vida e gestão dos recursos naturais. Essa relação, construída ao longo de gerações, reflete um profundo etnoconhecimento que se revela em práticas sustentáveis, organização social e respeito pela biodiversidade. O território, para os Xerente, não é apenas um espaço de ocupação, mas um componente essencial de sua identidade coletiva, onde se entrelaçam tradições, espiritualidade e estratégias de subsistência.

Entretanto, essa dinâmica tem enfrentado desafios significativos, especialmente diante das pressões provocadas por modelos de desenvolvimento exógenos, como a expansão do agronegócio, a exploração de recursos naturais e a redução de seus territórios tradicionais. Essas ameaças impactam não apenas o equilíbrio ambiental da região, mas também a continuidade dos saberes ancestrais e a manutenção de uma cultura intimamente ligada ao meio ambiente. Apesar dessas adversidades, os Xerente demonstram resiliência ao adaptar suas práticas e reafirmar sua identidade cultural em face das transformações impostas.

Este estudo busca compreender como a territorialidade e o etnoconhecimento dos Xerente se articulam em sua relação com o meio ambiente, explorando práticas que garantem a preservação da biodiversidade e sustentam a vida comunitária. Por meio de uma abordagem que valoriza tanto os aspectos práticos quanto simbólicos dessa relação, a análise permite destacar a relevância do saber indígena no contexto contemporâneo, especialmente como uma alternativa viável e necessária frente às crises ambientais e às limitações das políticas públicas de conservação.

## 2 SABERES XERENTE E A DINÂMICA DOS CICLOS AGRÍCOLAS: ENTRE A TRADIÇÃO E A CONTEMPORANEIDADE

Os saberes tradicionais do povo Xerente desempenham um papel essencial na dinâmica dos ciclos agrícolas, configurando-se como um exemplo de resiliência cultural em um contexto de transformações socioambientais. Estes saberes são profundamente enraizados na cosmovisão Xerente, onde a agricultura não é apenas uma atividade econômica, mas também um elemento espiritual e comunitário que conecta o povo à terra e aos seus ancestrais. A prática agrícola, nesse sentido, transcende a produção de alimentos, sendo também um mecanismo de preservação cultural e identidade coletiva (Farias, 1994).

A relação dos Xerente com a agricultura é pautada por uma compreensão sofisticada dos ciclos naturais. A observação dos padrões climáticos, das fases da lua e do comportamento da fauna são

elementos integrados ao planejamento agrícola. Esses conhecimentos, transmitidos oralmente por gerações, formam uma base de práticas sustentáveis que contrastam com os modelos de exploração intensiva do solo introduzidos por influências externas. Nesse cenário, os Xerente reafirmam seu papel como guardiões de práticas que favorecem o equilíbrio ambiental (Ramos, 1986).

As transformações socioambientais provocadas pela expansão do agronegócio e pela ocupação territorial forçada colocam em risco esses saberes ancestrais. A perda de território, elemento central para a subsistência e prática agrícola, representa uma ameaça não apenas à segurança alimentar, mas também à manutenção da identidade cultural Xerente. A luta pela preservação de suas terras reflete uma resistência ativa contra as forças hegemônicas que ignoram a importância do manejo sustentável tradicional (Lima, 2016).

Paralelamente, a globalização e os avanços tecnológicos trazem desafios e oportunidades para o povo Xerente. A etnomatemática, por exemplo, emerge como um campo que conecta a tradição às demandas contemporâneas, ao valorizar os saberes indígenas como parte integrante de um diálogo entre culturas. Esse campo destaca como os Xerente utilizam conceitos matemáticos em suas práticas agrícolas, mostrando a riqueza de um conhecimento que é, ao mesmo tempo, local e universal (D'Ambrosio, 2001).

As práticas agrícolas Xerente também estão profundamente interligadas à preservação da biodiversidade. A escolha de cultivos e a rotação de culturas demonstram um profundo respeito pelos ecossistemas locais, promovendo a diversidade biológica e a resiliência ambiental. Esse conhecimento contrasta com as práticas monoculturais que frequentemente levam à degradação do solo e à perda de biodiversidade, evidenciando a relevância dos saberes tradicionais em tempos de crise ambiental global (Ravagnani, 1986/1987).

A espiritualidade é outro aspecto que permeia a relação dos Xerente com a terra. As cerimônias agrícolas celebram a interconexão entre os seres humanos, a natureza e o divino, reforçando os valores comunitários e espirituais. Esses rituais são momentos de reafirmação cultural e resistência, frente às pressões externas que buscam uniformizar práticas e desvalorizar saberes locais (Perrone-Moisés, 1992).

No entanto, a inserção dos Xerente em sistemas econômicos mais amplos trouxe novas dinâmicas às suas práticas agrícolas. A necessidade de adaptação a mercados externos muitas vezes entra em conflito com os valores tradicionais, gerando tensões entre preservação cultural e modernização. Este dilema exige políticas públicas que respeitem e integrem os saberes indígenas como parte das soluções para o desenvolvimento sustentável (Araújo et al., 2006).

A formação de professores indígenas, como destacado em estudos específicos, tem se mostrado uma estratégia eficaz para a valorização e transmissão desses saberes nas escolas. Esse processo educativo não só fortalece a identidade cultural, mas também promove a conscientização sobre a importância das práticas agrícolas tradicionais na preservação ambiental e no desenvolvimento comunitário (Rodrigues et al., 2009).

### **3 A GESTÃO SUSTENTÁVEL E OS MODOS DE PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA PERSPECTIVA XERENTE**

Diferentemente de abordagens ocidentais, frequentemente pautadas por uma visão utilitarista da natureza, os Xerente entendem o território como um espaço de vida compartilhada, onde seres humanos, animais, plantas e elementos naturais coexistem em uma rede interdependente. Essa percepção holística molda os modos de preservação da biodiversidade, garantindo que suas práticas contribuam para o equilíbrio ecológico e para a continuidade das espécies (Farias, 1990).

A prática agrícola, um dos pilares do sustento Xerente, ilustra bem essa relação. Os métodos de rotação de culturas e os sistemas de policultivo evitam a exaustão do solo, promovendo um uso renovável e equilibrado dos recursos naturais. Diferente do modelo de monocultura que predomina no agronegócio, os Xerente diversificam suas plantações, não apenas para garantir uma alimentação variada, mas também para preservar a biodiversidade local. Essa prática sustenta uma relação de respeito com a terra, onde cada recurso é utilizado de maneira responsável, evitando o desperdício e o desequilíbrio ambiental (Ravagnani, 1986/1987).

Os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais também exemplificam a contribuição dos Xerente para a preservação da biodiversidade. Esse saber, transmitido oralmente por gerações, é resultado de uma interação contínua com a flora local. Os Xerente reconhecem as propriedades terapêuticas de diversas espécies e utilizam esse conhecimento em suas práticas de saúde, muitas vezes sem necessidade de explorar grandes quantidades de recursos. Ao valorizar espécies nativas e seu papel nos ecossistemas, eles contribuem para a manutenção da diversidade biológica em seu território (Lima, 2016).

As decisões sobre caça, pesca e coleta de materiais são frequentemente tomadas em consenso, levando em consideração não apenas as necessidades imediatas da comunidade, mas também o impacto dessas ações sobre o ecossistema a longo prazo. Essa abordagem coletiva garante que os recursos sejam utilizados de forma equitativa e sustentável, evitando a exploração excessiva e assegurando a renovação dos ciclos naturais (Farias, 1994).

Os rituais e as práticas espirituais também desempenham um papel central na conservação ambiental. Para os Xerente, a terra e seus elementos possuem significados espirituais que vão além da materialidade. As áreas sagradas, por exemplo, são protegidas como espaços de conexão com os ancestrais e com forças divinas. Essas áreas frequentemente coincidem com regiões de alta biodiversidade, onde espécies nativas encontram refúgio. Assim, a espiritualidade Xerente atua como uma barreira natural contra a degradação ambiental, protegendo ecossistemas que muitas vezes são negligenciados pelas políticas de conservação convencionais (Perrone-Moisés, 1992).

As práticas de caça e pesca entre os Xerente são igualmente reguladas por normas sociais e éticas que priorizam a sustentabilidade. Em vez de explorar espécies em grande escala, os Xerente adotam estratégias seletivas, respeitando os períodos de reprodução e garantindo que as populações animais possam se recuperar naturalmente. Além disso, há um profundo respeito pelos animais caçados, vistos como parte de um ciclo que envolve reciprocidade e equilíbrio. Essas práticas contrastam com a exploração predatória que muitas vezes caracteriza as atividades de caça em contextos externos (Ramos, 1986).

Esta interação dos Xerente com rios e recursos hídricos é outro exemplo de sua gestão sustentável. Os rios não são apenas fontes de água, mas também habitats para diversas espécies e espaços de vivência comunitária. A utilização dos recursos hídricos é cuidadosamente equilibrada, de modo a evitar a poluição e a degradação dos cursos d'água. Essa relação respeitosa assegura a continuidade da vida aquática e a disponibilidade de água limpa para as futuras gerações (Araújo et al., 2006).

Falando em conservação das florestas, as áreas não são apenas fontes de madeira e outros materiais, mas também habitats para espécies fundamentais ao equilíbrio do ecossistema local. O manejo sustentável dessas áreas inclui o uso rotativo de espaços para coleta e a recuperação natural das áreas utilizadas. Essa abordagem assegura que as florestas permaneçam como reservas de biodiversidade, protegendo espécies que dependem desse habitat para sobreviver (Mendes, 1990).

A relação dos Xerente com o território também envolve uma compreensão territorializada da preservação ambiental. O espaço não é visto de forma fragmentada, mas como um todo integrado, onde cada elemento tem seu papel no equilíbrio do conjunto. Essa visão contrasta com as abordagens fragmentadas que frequentemente guiam as políticas públicas, demonstrando que a gestão indígena dos recursos pode servir de modelo para estratégias de conservação mais amplas (Oliveira, 2013).

#### **4 TERRITORIALIDADE, ETNOCONHECIMENTO E A RELAÇÃO XERENTE COM O MEIO AMBIENTE**

A relação entre o povo Xerente e o território que ocupam não se reduz a um mero vínculo geográfico. Para eles, o território é um espaço vivo, carregado de significados simbólicos, espirituais e práticos, sendo um elemento estruturante de sua identidade coletiva. Diferentemente das noções ocidentais de posse ou propriedade, a territorialidade Xerente reflete uma visão integrativa, na qual a terra é uma extensão da própria comunidade. Essa perspectiva molda sua interação com o meio ambiente, promovendo práticas que não apenas respeitam, mas potencializam os ecossistemas naturais (Farias, 1994).

O etnoconhecimento, ou conhecimento tradicional acumulado ao longo de gerações, desempenha um papel central na maneira como os Xerente gerenciam e se relacionam com o território. Esse saber engloba práticas de uso sustentável dos recursos, identificação de espécies nativas com funções medicinais, alimentares ou simbólicas, além de métodos para a recuperação ambiental. Trata-se de um conhecimento em constante evolução, que incorpora novos desafios sem abandonar as bases herdadas dos ancestrais (D'Ambrosio, 2001).

No entanto, essa relação simbiótica com o território enfrenta pressões significativas. O avanço de projetos de infraestrutura, como estradas e hidrelétricas, bem como a expansão do agronegócio, impacta diretamente a capacidade dos Xerente de manter práticas tradicionais. A redução do espaço territorial compromete não apenas a segurança alimentar, mas também o equilíbrio ecológico e a continuidade dos saberes tradicionais. Essas ameaças revelam uma tensão constante entre o modelo de desenvolvimento dominante e a sustentabilidade indígena (Lima, 2016).

Um dos aspectos mais marcantes da territorialidade Xerente é a organização espacial das aldeias. As aldeias não são distribuídas aleatoriamente, mas seguem critérios que refletem tanto a funcionalidade ecológica quanto os significados culturais. A proximidade de fontes de água, a existência de áreas para cultivo e a presença de locais sagrados determinam a escolha do espaço habitado. Essa organização revela um profundo conhecimento do território e uma capacidade de planejar a ocupação de forma a minimizar os impactos ambientais (Farias, 1990).

A espiritualidade é outro elemento indissociável da relação Xerente com o meio ambiente. Muitos dos locais considerados sagrados são, na prática, áreas de alta biodiversidade, que se tornam naturalmente protegidas por conta de sua associação com os mitos e rituais do povo. Essas áreas sagradas não apenas preservam espécies vegetais e animais, mas também garantem a manutenção de práticas culturais que reforçam a identidade coletiva (Perrone-Moisés, 1992).

O manejo do território também está ligado à preservação das águas. Para os Xerente, os rios são veias que conectam a terra, simbolizando tanto a continuidade da vida quanto o movimento cíclico da natureza. Essa compreensão se traduz em práticas que evitam a poluição e o desperdício, além de promoverem o uso consciente dos recursos hídricos. A relação com as águas demonstra um equilíbrio dinâmico, onde o uso humano e a preservação ecológica coexistem (Araújo et al., 2006).

As práticas de caça e coleta dos Xerente são exemplos claros de como o etnoconhecimento orienta a sustentabilidade. Ao selecionar espécies para caça, os Xerente consideram não apenas a abundância local, mas também os ciclos de reprodução e a manutenção das populações. Da mesma forma, a coleta de frutos e raízes segue critérios que evitam a exaustão dos recursos, assegurando que estejam disponíveis para as gerações futuras. Esse cuidado com a renovação natural reflete uma ética ambiental enraizada na cultura Xerente (Ramos, 1986).

O cultivo agrícola, embora modesto em escala, é profundamente integrado ao conhecimento sobre o solo e o clima. As técnicas de rotação de culturas, o uso de policultivos e a adoção de práticas que minimizam a erosão revelam uma sofisticação que muitas vezes é ignorada pelos sistemas agrícolas convencionais. Os Xerente não veem a agricultura como uma simples atividade econômica, mas como parte de um ciclo maior, onde o solo é nutrido e renovado constantemente (Ravagnani, 1986/1987).

A biodiversidade presente nos territórios Xerente é uma fonte de aprendizado constante. Cada planta, animal ou mineral possui uma função específica dentro do ecossistema e, muitas vezes, um papel simbólico ou prático na cultura. Esse conhecimento detalhado é transmitido de forma oral, reforçando os laços entre as gerações e assegurando que a sabedoria ancestral continue a ser relevante mesmo diante de mudanças externas (Lima, 2016).

A interação entre tradição e inovação é um tema central na relação Xerente com o meio ambiente. Embora as bases de seu etnoconhecimento sejam profundamente tradicionais, os Xerente não rejeitam inovações que possam complementar suas práticas. No entanto, essa incorporação de novos elementos ocorre de maneira crítica, priorizando sempre a manutenção do equilíbrio ambiental e cultural. Essa postura evidencia uma capacidade adaptativa que contrasta com o modelo predatório do desenvolvimento ocidental (Baladier, 1976).

Os desafios enfrentados pelos Xerente em relação à proteção de seu território também levantam questões sobre a eficácia das políticas públicas. Embora existam leis que reconheçam os direitos indígenas, a implementação dessas normas frequentemente é insuficiente para proteger os territórios de ameaças externas. A necessidade de uma articulação mais efetiva entre o estado e os

povos indígenas é essencial para garantir que o etnoconhecimento continue a ser uma ferramenta de gestão territorial (Araújo et al., 2006).

A cosmologia Xerente oferece lições importantes sobre como os humanos podem coexistir com o meio ambiente de forma harmoniosa. A visão de que a terra é um bem coletivo, a ser cuidado e compartilhado, contrasta com a lógica de exploração individualista que caracteriza muitas sociedades contemporâneas. Essa cosmovisão não apenas preserva o ambiente, mas também promove relações mais solidárias e equitativas entre os membros da comunidade (Farias, 1994).

Os saberes Xerente também desafiam as categorias tradicionais da ciência ocidental. Ao integrar conhecimentos ecológicos, espirituais e sociais, eles oferecem uma abordagem interdisciplinar que pode enriquecer debates sobre sustentabilidade. A inclusão do etnoconhecimento em programas de educação ambiental e planejamento territorial é uma oportunidade de diálogo entre epistemologias que muitas vezes se ignoram mutuamente (Rodrigues et al., 2009).

Os impactos das mudanças climáticas são mais uma prova da resiliência dos Xerente. Apesar das dificuldades impostas pelas alterações no regime hídrico e nas temperaturas, os Xerente têm conseguido adaptar suas práticas de manejo territorial. Essa resiliência não é apenas técnica, mas também cultural, refletindo a capacidade de renovar tradições sem perder sua essência (Lima, 2016).

A manutenção do território indígena é fundamental não apenas para os Xerente, mas também para o equilíbrio ambiental global. Estudos demonstram que os territórios indígenas frequentemente são mais eficazes na conservação da biodiversidade do que as áreas de proteção formalizadas. Reconhecer a contribuição dos Xerente para a preservação ambiental é um passo essencial para reavaliar as políticas de gestão territorial (Mendes, 1990).

A transmissão do etnoconhecimento para as novas gerações é um dos maiores desafios enfrentados pelos Xerente. A educação formal muitas vezes se distancia das realidades locais, deixando pouco espaço para o aprendizado das práticas tradicionais. Projetos que integrem saberes indígenas aos currículos escolares são essenciais para garantir que as futuras gerações continuem a preservar e enriquecer o patrimônio cultural e ambiental do povo Xerente (Rodrigues et al., 2009).

A territorialidade Xerente, portanto, não é apenas uma questão de sobrevivência material, mas também de reafirmação cultural. O território é o espaço onde a história, a espiritualidade e a prática cotidiana se encontram, formando a base de uma identidade coletiva que resiste às forças de assimilação. Essa resistência é, por si só, uma forma de preservação ambiental, ao reafirmar modos de vida que priorizam a harmonia com a natureza (Farias, 1990).

O reconhecimento do papel do etnoconhecimento na gestão territorial dos Xerente exige mudanças na forma como a sociedade brasileira percebe os povos indígenas. Em vez de tratá-los como

obstáculos ao progresso, é necessário valorizá-los como aliados estratégicos na luta pela sustentabilidade. Essa mudança de perspectiva tem o potencial de enriquecer não apenas os debates acadêmicos, mas também as práticas políticas e sociais (D'Ambrosio, 2001).

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo reafirma a importância da territorialidade e do etnoconhecimento na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável do meio ambiente na perspectiva Xerente. A relação integrada entre o povo e o território transcende práticas utilitárias, revelando uma visão de mundo que valoriza a interdependência entre seres humanos, natureza e espiritualidade.

As práticas agrícolas, o manejo de recursos naturais e a proteção de áreas sagradas destacam a contribuição dos Xerente para a sustentabilidade em um contexto global de crise ambiental. Apesar das ameaças impostas por pressões externas, como a expansão do agronegócio e a redução de terras indígenas, os Xerente demonstram resiliência e capacidade de adaptação, reafirmando seus valores e saberes tradicionais.

Este Artigo, portanto, evidencia que as epistemologias indígenas não apenas preservam o equilíbrio ambiental, mas também oferecem caminhos relevantes para repensar modelos de desenvolvimento e políticas públicas voltadas para a sustentabilidade.

### 5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Embora o estudo tenha explorado aspectos centrais da relação entre os Xerente e o meio ambiente, algumas limitações devem ser reconhecidas. Primeiramente, a abordagem foi predominantemente qualitativa e teórica, baseada em literatura secundária, o que restringe a inclusão de dados empíricos oriundos de vivências e entrevistas com o próprio povo Xerente. Essa lacuna pode limitar a profundidade da análise ao abordar as percepções atuais da comunidade frente aos desafios contemporâneos. Além disso, o enfoque em fontes documentais, muitas vezes provenientes de autores não indígenas, pode trazer uma perspectiva intermediada, dificultando o acesso direto às vozes Xerente e suas interpretações originais.

Em concluindo, os impactos mais recentes de políticas públicas e mudanças climáticas não foram analisados com profundidade, o que sugere a necessidade de estudos contínuos para acompanhar a evolução dessa relação dinâmica entre os Xerente e o meio ambiente.

## 5.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Para aprofundar a compreensão da relação entre os Xerente e o meio ambiente, recomenda-se a realização de pesquisas de campo que incorporem metodologias participativas. Estudos futuros poderiam incluir entrevistas e oficinas com lideranças e membros da comunidade Xerente, permitindo uma análise mais rica e detalhada sobre suas percepções e práticas em relação à sustentabilidade e à preservação da biodiversidade. Tais abordagens podem captar nuances que frequentemente escapam a análises puramente documentais.

Importante é refletir sobre o escopo temporal e geográfico da investigação, explorando como diferentes aldeias Xerente têm adaptado suas práticas às mudanças socioambientais recentes, como o impacto das mudanças climáticas e da crescente urbanização em suas terras. Além disso, seria valioso comparar as práticas dos Xerente com as de outros povos indígenas, identificando convergências e diferenças que possam enriquecer debates sobre políticas públicas de conservação ambiental.

Desta forma, sugere-se uma maior integração entre saberes tradicionais e acadêmicos, promovendo o diálogo entre epistemologias indígenas e a ciência contemporânea. Projetos interdisciplinares, envolvendo antropólogos, ecologistas, educadores e os próprios Xerente, podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis. Esses estudos também podem colaborar para fortalecer a valorização dos saberes indígenas no contexto nacional e internacional, assegurando que suas práticas continuem a inspirar soluções inovadoras para os desafios globais da sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Valéria et al. Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BALADIER, Georges. As dinâmicas sociais: sentido e poder. Tradução Gisela Stock e Hélio de Souza. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- BANIWA, Gersem. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita (Org.). Constituições Nacionais e Povos Indígenas. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2012. p. 206-227.
- D’AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: Elo entre as Tradições e a Modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FARIAS, Agenor. Notícia Histórica sobre os Akwen-Xerente. Bol. Mus. Para. Emílio. Goeldi, sér. Antropol. 10(1). 1994.
- FARIAS, Agenor José T.P. Fluxos sociais Xerente: organização social e dinâmica das relações entre aldeias. Tese (Mestrado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- LIMA, Layanna Giordana Bernardo. Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e a questões socioambientais. Tese (Doutorado). São Paulo, 2016. 320f.
- MENDES, Chico. A luta dos povos das florestas. In: Terra Livre. Geografia, pesquisa e práticas sociais. São Paulo: Editora Marco Zero AGB, 1990. p. 9-21.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referenciais para a Formação de Professores Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 2002.
- OLIVEIRA, Antônio Miranda de. Territorialidades camponesas na educação de assentados: assentamento Brejinho em Miracema do Tocantins. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG , 2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). 5 ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. (Caminhos da geografia).
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FASPESP, 1992. p. 133-154.
- RAMOS, Alcida. Sociedades indígenas. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os Aldeamentos indígenas goianos. Perspectivas, São Paulo,9/10: 119-143, 1986/1987.

RODRIGUES, Maximino; Ferreira, Rogério; Domite, Maria Do Carmo Santos. A Formação de Professores e suas Relações com Cultura e Sociedade: a educação escolar indígena no centro das atenções. In BOLEMA, Ano 22, n° 34. Rio Claro, 2009.